

Brasilveículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81

GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Companhia atua no segmento de seguros de automóveis.

No exercício de 2014 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 2.065,4 milhões e lucro líquido de R\$ 148,2 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 13,9% e de 58,5% sobre os resultados do ano anterior.

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de janeiro, 30 de junho, 29 de agosto e 29 de dezembro de 2014 foram deliberados os pagamentos de dividendos no valor de R\$ 181,0 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor

de R\$ 443,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		1.560.328	1.333.776
Disponível		32.150	5
Caixa e bancos	5	32.150	5
Equivalentes de caixa	5	12.458	12.957
Aplicações	6	468.807	433.735
Créditos das operações com seguros e resseguros		741.813	574.399
Prêmios a receber	8	741.796	574.382
Operações com resseguradoras		17	17
Outros créditos operacionais	9	34.985	7.243
Títulos e créditos a receber		18.005	58.834
Títulos e créditos a receber	10	8.234	38.547
Créditos tributários e previdenciários	26b	1.725	8.229
Outros créditos	11	8.046	12.058
Outros valores e bens		132.092	142.093
Bens à venda	12	127.676	137.004
Outros valores		4.416	5.089
Despesas antecipadas		1.184	164
Custos de aquisição diferidos	19	118.834	104.346
Seguros		118.834	104.346
Ativo não circulante		1.249.568	1.220.902
Realizável a longo prazo		1.228.730	1.199.790
Aplicações	6	589.161	575.913
Créditos das operações com seguros e resseguros		7	-
Prêmios a receber	8	7	-
Títulos e créditos a receber		632.655	622.671
Créditos tributários e previdenciários	26b	140.361	163.213
Depósitos judiciais e fiscais	23	492.294	459.458
Custos de aquisição diferidos	19	6.907	1.206
Investimentos		1.753	1.755
Participações societárias		411	269
Imóveis destinados a renda		1.329	1.473
Outros investimentos		13	13
Imobilizado	13	3.978	955
Bens móveis		2.203	786
Outras imobilizações		1.775	169
Intangível	14	15.107	18.402
Outros intangíveis		15.107	18.402
Total do ativo		2.809.896	2.554.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial	Reserva de investimento			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	242.431	92.888	35.742	71.524	27.002	-	21	-	469.608
Criação da Reserva de Investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	(71.524)	-	71.524	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.538	93.538
Reserva legal	-	-	4.677	-	-	-	-	(4.677)	-
Distribuição do resultado:									
Dividendos pagos - AGE de 26 de junho de 2013	-	-	-	(27.002)	(5.998)	-	-	-	(33.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	88.861	-	-	(88.861)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	242.431	92.888	40.419	-	154.387	-	14	-	530.139
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	(30.600)	-	-	-	(30.600)
Dividendos pagos - AGE de 30 de junho de 2014	-	-	-	-	(16.000)	-	-	-	(16.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	(76.600)	-	-	-	(76.600)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(22.593)	-	-	-	(22.593)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	148.240	148.240
Reserva legal	-	-	7.412	-	-	-	-	(7.412)	-
Proposta para distribuição do resultado:									
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(35.207)	(35.207)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	105.621	-	-	(105.621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.431	92.888	47.831	-	114.215	-	(319)	-	497.046

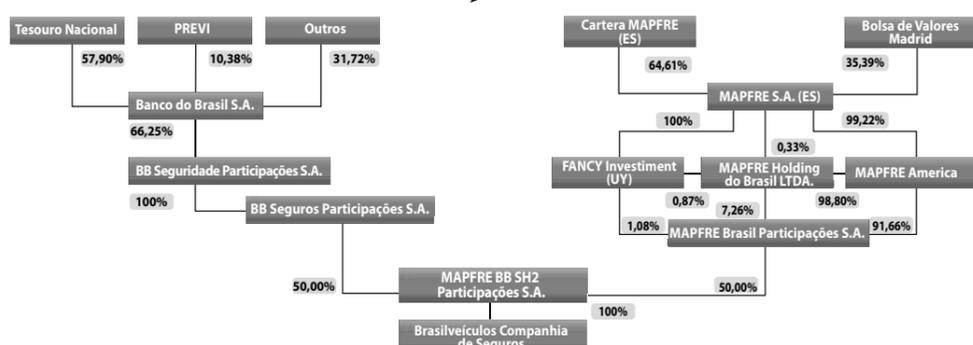
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasilveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. Em 30 de junho de 2010, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH1 é acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando,

os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de *i*. seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii*. seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Em 1º de janeiro 2013, a Brasilveículos incorporou a carteira de automóvel comercializada no canal bancário, que estava sendo administrada pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. Conforme detalhamento na nota explicativa nº 29a. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos		2.065.385	1.813.935
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(173.223)	(12.899)
(=) Prêmios ganhos	25a	1.892.162	1.801.036
(+) Receita com emissão de apólices		2.640	(820)
(-) Sinistros ocorridos	25c	(1.182.929)	(1.134.021)
(-) Custos de aquisição	25d	(224.379)	(213.201)
(-) Outras despesas operacionais	25e	(44.050)	(47.165)
(-) Despesas administrativas	25f	(266.419)	(269.140)
(-) Despesas com tributos	25g	(41.328)	(39.942)
(+) Resultado financeiro	25h	111.033	42.304
(+) Receitas financeiras		164.177	87.353
(-) Despesas financeiras		(53.144)	(45.049)
(+) Resultado patrimonial		18	88
(=) Resultado operacional		246.748	139.139
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes		8	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		246.756	139.139
(-) Imposto de renda	26a	(57.695)	(28.245)
(-) Contribuição social	26a	(36.154)	(12.828)
(-) Participações sobre o resultado		(4.667)	(4.528)
(=) Lucro líquido do exercício		148.240	93.538
(/) Quantidade de ações		66.545.139	66.545.139
(=) Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		2,23	1,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	148.240	93.538
Outros resultados abrangentes	(333)	(7)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(555)	(11)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	222	4
Resultado abrangente do exercício	147.907	93.531
Atribuível aos acionistas	147.907	93.531
Controladores		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	148.240	93.538
Ajustes para:	190.220	851.545
Depreciação e amortizações	5.971	2.198
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.718	11.474
Variações das provisões técnicas	202.720	942.542
Custos de aquisição diferidos	(20.189)	(104.669)
Variação nas contas patrimoniais:	(56.718)	(856.583)
Aplicações	(48.320)	(640.435)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(169.139)	(585.053)
Créditos fiscais e previdenciários	29.356	(5.140)
Despesas antecipadas	(1.020)	2.078
Outros ativos	16.928	(113.764)
Depósitos judiciais e fiscais	(33.180)	(46.987)
Impostos e contribuições	61.333	80.914
Outras contas a pagar	(32.382)	93.311
Débitos de operações com seguros e resseguros	30.387	63.034
Depósitos de terceiros	27.545	40.993
Provisões técnicas - seguros e resseguros	26.018	213.327
Provisões judiciais	25.044	40.148
Outros passivos	10.712	991
Caixa gerado pelas operações	281.742	88.500
Imposto de renda sobre o lucro pago	(39.979)	(21.219)
Contribuição social sobre o lucro pago	(23.087)	(12.923)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	218.676	54.358
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(333)	(7)
Recebimento pela venda:		
Investimentos	2	332
Imobilizado	1.185	-
Intangível	88	127
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(6.972)	(13.523)
Intangível	(5.024)	(122)
Intangível	(1.948)	(13.401)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(6.030)	(13.071)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(181.000)	(33.000)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(181.000)	(33.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	31.646	8.287
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.962	4.675
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	44.608	12.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Base de preparação:** Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. b) **Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas esti-

continua -*

— * continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

mativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 19, 3l e 3m - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Provisão de crédito de liquidação duvidosa; • Notas 22 e 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Ativos e passivos diferidos. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o Comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 1 de janeiro de 2018. A Companhia também está avaliando os efeitos que o IFRS 15 (receita de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma, nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. **b) Aplicações:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber direto líquido de imposto sobre operação financeira (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **g) Operações com o convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **h) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios

econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **k) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 14. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros que, anteriormente, eram abrangidos pela PSL e IBNR. A PDR abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros. **m) Teste de adequação dos passivos:** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros, salvados e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, IBNR e IBNER. Considerou-se na projeção a melhor estimativa de sinistralidade da série histórica nos diversos períodos compreendidos entre o último e os últimos 36 meses de análise, resultando no percentual de 71,2% para o seguro de danos. O valor presente esperado do fluxo relativo aos sinistros a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 457/12. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no exercício em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e

os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **s) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas Banco do Brasil e MAPFRE, a gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk* - (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio emitido.

Região geográfica	2014		2013	
	Auto	%	Total	%
Centro-oeste	314.840	16%	314.840	16%
Nordeste	421.521	22%	421.521	22%
Norte	86.968	4%	86.968	4%
Sudeste	764.201	39%	764.201	39%
Sul	373.236	19%	373.236	19%
Subtotal	1.960.766	100%	1.960.766	100%
Região geográfica	Auto	%	Total	%
Centro-oeste	226.327	13%	226.327	13%
Nordeste	317.753	18%	317.753	18%
Norte	74.102	4%	74.102	4%
Sudeste	823.159	47%	823.159	47%
Sul	314.770	18%	314.770	18%
Subtotal	1.756.111	100%	1.756.111	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 24.353 e R\$ 80.266 (R\$ (2.650) e R\$ 60.474 em 2013). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das pro-

— * continua —

* continuação

Brasileículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

visões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e conseqüente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 11,50% nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade Coeficiente de variação dos fatores de IBNR Elevação de 5% na sinistralidade	2014	2013
		Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento	(8.373)	(5.812)
b. Sinistralidade	Aumento	(58.968)	(56.065)

Ativos financeiros (aplicações) - Rating	2014						Total
	AAA	AA+	AA	A+	BBB-	BB+	
Títulos de renda fixa públicos (*)	818.595	-	-	-	-	-	818.595
Debêntures	-	50.924	11.787	10.461	2.640	10.198	86.010
Letras financeiras	18.886	-	54.733	-	24.037	-	97.656
Certificados de depósito bancário (CDB)	4.744	-	-	-	-	-	4.744
Fundo de investimento em direitos creditórios	25.885	-	-	-	-	-	25.885
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	-	-	-	-	14.134	-	14.134
Notas promissórias	-	10.836	-	-	-	-	10.836
Outras aplicações	-	-	-	-	-	108	108
Total	868.110	61.760	66.520	10.461	26.677	24.332	1.057.968

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 4.591. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, identificar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

2014	de 1 a acima de			Total
	até 1 ano	5 anos	5 anos	
Ativo				
Disponível	32.150	-	-	32.150
Equivalentes de caixa	12.458	-	-	12.458
Aplicações (*)	191.464	561.382	219.764	972.610
Créditos das operações com seguros e resseguros	741.813	7	-	741.820
Outros créditos operacionais	34.985	-	-	34.985
Títulos e créditos a receber (**)	16.280	-	-	16.280
Outros valores e bens	132.092	-	-	132.092
Despesas antecipadas	1.184	-	-	1.184
Custos de aquisição diferidos	118.834	6.907	-	125.741
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.281.368	568.296	219.764	2.069.428
Passivo				
Provisões técnicas (*)(**)	1.315.574	165.849	18.815	1.500.238
Contas a pagar	141.335	-	-	141.335
Débitos das operações com seguros e resseguros	93.644	-	-	93.644
Depósitos de terceiros	68.548	-	-	68.548
Total passivo	1.619.101	165.849	18.815	1.803.765

2013	de 1 a acima de			Total
	até 1 ano	5 anos	5 anos	
Ativo				
Disponível	5	-	-	5
Equivalentes de caixa	12.957	-	-	12.957
Aplicações (*)	146.479	529.621	271.539	947.639
Créditos das operações com seguros e resseguros	574.399	-	-	574.399
Outros créditos operacionais	7.243	-	-	7.243
Títulos e créditos a receber (**)	50.353	-	-	50.353
Outros valores e bens	142.345	-	-	142.345
Despesas antecipadas	164	-	-	164
Custos de aquisição diferidos	104.346	1.206	-	105.552
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.038.399	530.827	271.539	1.840.765
Passivo				
Provisões técnicas (*)(**)	1.158.544	88.686	47.645	1.294.875
Contas a pagar	164.728	10	-	164.738
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.257	-	-	63.257
Depósitos de terceiros	26.745	-	-	26.745
Total passivo	1.413.274	88.696	47.645	1.549.615

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 85.250 (R\$ 61.901 em 2013) e R\$ 85.250 (R\$ 61.875 em 2013), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 492.294 em 2014 (R\$ 459.458 em 2013), e provisões judiciais de R\$ 423.835 (R\$ 398.791 em 2013), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 142.086 (R\$ 171.442 em 2013) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificada. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros (aplicações) - Rating	2014						Total
	AAA	AA+	AA	A+	BBB-	BB+	
Títulos de renda fixa públicos (*)	818.595	-	-	-	-	-	818.595
Debêntures	-	50.924	11.787	10.461	2.640	10.198	86.010
Letras financeiras	18.886	-	54.733	-	24.037	-	97.656
Certificados de depósito bancário (CDB)	4.744	-	-	-	-	-	4.744
Fundo de investimento em direitos creditórios	25.885	-	-	-	-	-	25.885
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	-	-	-	-	14.134	-	14.134
Notas promissórias	-	10.836	-	-	-	-	10.836
Outras aplicações	-	-	-	-	-	108	108
Total	868.110	61.760	66.520	10.461	26.677	24.332	1.057.968

pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Administração, Finanças e Marketing e a BB-DTVM acompanham o resultado do *VaR* e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do *VaR* é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 2.304 (R\$ 4.624 em 2013). Em 31 de dezembro de 2014, as posições que mais contribuíram, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.057.968 (R\$ 1.009.648 em 2013) de ativos financeiros, R\$ 443.243 (R\$ 416.550 em 2013) foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 85.250 (R\$ 61.901 em 2013) relativos à posição de DPVAT e R\$ 108 (R\$ 108 em 2013) relativos a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 529.367 (R\$ 531.089 em 2013).

Fator de risco	2014		2013	
	Impacto no patrimônio líquido (Bruto de impostos)			
Taxa de juros	-	-	-	-
elevação de taxas	(1.123)	(6.359)	-	-
redução de taxas	1.260	6.958	-	-
Parâmetros	-	-	-	-
a) 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros vigentes. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais;	-	-	-	-

b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	2014				2013			
	Valor justo por meio do resultado	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Valor justo	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo
Fundo de investimento exclusivo	425.113	643.165	(732.653)	(6.685)	44.905	373.845	(711.112)	(6.685)
Quotas de fundo não exclusivo	332.327	522.034	-	-	32.281	175.530	-	-
Quotas de fundo DPVAT	-	87.000	-	-	180	87.180	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	61.901	34.131	(20.011)	-	9.229	85.250	(1.530)	-
Disponível para venda	30.885	-	(1.530)	(6.685)	3.215	25.885	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	167.877	73.780	(22.833)	(555)	22.503	240.772	-	-
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	19.440	-	(160)	269	19.549	-	-
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	7.725	-	(127)	245	7.843	-	-
Certificados de depósito bancário (CDB)	15.253	-	(2.709)	(7)	1.597	14.134	-	-
Debêntures	4.252	-	-	10	482	4.744	-	-
Letras financeiras	73.372	14.999	(11.204)	(225)	9.068	86.010	-	-
Notas promissórias	75.000	21.616	(8.920)	(46)	10.006	97.656	-	-
Mantidos até o vencimento	-	10.000	-	-	836	10.836	-	-
Fundo de investimento exclusivo	416.550	-	(20.959)	-	47.652	443.243	-	-
Outras aplicações	416.550	-	(20.959)	-	47.652	443.243	-	-
Total	1.009.648	716.945	(776.645)	(7.240)	115.060	1.057.968	108	108

• documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *Compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13 (revogada pela Resolução CNSP nº 316/14), as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ou maior valor, entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2014
Patrimônio líquido	497.046
Participações societárias	(411)
Despesas antecipadas	(1.184)
Ativos intangíveis	(15.107)
Obras de arte	(1)
Patrimônio líquido ajustado (a)	480.343
Capital-base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	449.091
Capital de risco de subscrição	404.253
Capital de risco de crédito	58.460
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	(26.284)
Capital de risco operacional	12.662
Capital mínimo requerido (b)	449.091
Suficiência de capital (c = a - b)	31.252
Suficiência de capital (d = c / b)	6,96%

Abaixo é apresentado o cálculo do índice de liquidez da Companhia:
Capital mínimo requerido (a) 449.091
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 302/13 - 20% sobre CMR 89.818
Ativos livres - Nota explicativa 21 - (b) 95.632
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (b/a) 21,29%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos	32.150	5
Equivalentes de Caixa (*)	12.458	12.957
Total de caixa e equivalentes de caixa	44.608	12.962

(*) Equivalentes de caixa é composto por fundos de investimentos não exclusivos de curto prazo, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor e não vinculados como garantia das provisões técnicas.

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

Valor justo por meio do resultado	2014		2013	
	373.845	35%	425.113	42%
Fundo de investimento	347.960	93%	394.228	93%
Letra do tesouro nacional (LNTN)	146.496	42%	182.475	46%
Operação compromissada	4.591	1%	54.930	14%
Quotas de fundo DPVAT	85.250	25%	61.901	16%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	24.463	7%	24.241	6%
Caixa/ajustes DI	(20)	0%	-	0%
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	-	0%	70.681	18%
Fundos não exclusivos	87.180	25%	-	0%
Carteira administrada	25.885	7%	30.885	7%
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	25.885	100%	30.885	100%
Disponíveis para venda	240.772	23%	167.877	17%
Carteira administrada	240.772			

* continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

Descrição	2012	Aplicações	Resgates	Ajuste a		2013	2014				2013				
				valor justo	Rendimentos		Maiores taxa	Menor taxa	Maiores taxa	Menor taxa	Maiores taxa	Menor taxa			
Valor justo por meio do resultado	228.454	2.394.809	(2.200.472)	–	2.322	425.113	–	86.010	86.010	–	73.372	73.372	–	75.000	75.000
Quotas de fundos exclusivos	168.485	2.358.474	(2.190.327)	–	(4.305)	332.327	–	14.134	14.134	–	15.253	15.253	–	–	–
Quotas de fundo DPVAT	54.865	11.335	(8.659)	–	4.360	61.901	–	10.836	10.836	–	–	–	–	–	–
Fundo de investimentos em direitos creditórios	5.104	25.000	(1.486)	–	2.267	30.885	–	4.744	4.744	–	4.252	4.252	–	–	–
Disponível para venda	140.681	128.023	(115.651)	(11)	14.835	167.877	7.843	–	7.843	–	–	–	–	–	–
Debêntures	17.159	55.255	(4.419)	(11)	5.388	73.372	19.549	–	19.549	–	–	–	–	–	–
Letra financeira (LF)	34.087	58.306	(23.782)	–	6.389	75.000	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Certificado de depósito bancário - CDB	3.921	–	–	–	331	4.252	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	85.514	14.462	(87.450)	–	2.727	15.253	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mantidos até o vencimento	–	388.457	–	–	28.093	416.550	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Quotas de fundos exclusivos	–	388.457	–	–	28.093	416.550	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras aplicações	76	32	–	–	–	108	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	369.211	2.911.321	(2.316.123)	(11)	45.250	1.009.648	–	–	–	–	–	–	–	–	–
c) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente do vencimento dos títulos.															
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2014					valor justo	atualizado	justo								
Valor justo por meio do resultado	177.001	4.859	–	191.985	373.845	379.693									
Fundo de investimento	177.001	4.859	–	166.100	347.960	353.808									
Letra do tesouro nacional (LTN)	–	4.859	–	141.637	146.496	152.342									
Operação compromissadas	4.591	–	–	–	4.591	4.591									
Quotas de fundo DPVAT	85.250	–	–	–	85.250	85.250									
Quotas de fundos não exclusivos	87.180	–	–	–	87.180	87.180									
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	–	–	24.463	24.463	24.465									
Caixa/ajustes DI	(20)	–	–	–	(20)	(20)									
Carteira administrada	–	–	–	25.885	25.885	25.885									
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	–	–	–	25.885	25.885	25.885									
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2014					valor justo	atualizado	justo								
Disponíveis para venda	24.036	56.060	14.758	145.918	240.772	241.303	(531)								
Carteira administrada	24.036	56.060	14.758	145.918	240.772	241.303	(531)								
Debêntures	–	–	2.640	83.370	86.010	86.212	(202)								
Letras financeiras (LF)	24.036	45.224	12.118	16.278	97.656	97.702	(46)								
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	–	–	–	14.134	14.134	14.141	(7)								
Notas promissórias	–	10.836	–	–	10.836	10.836	–								
Certificado de depósito bancário (CDB)	–	–	–	4.744	4.744	4.733	11								
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	7.843	7.843	7.970	(127)								
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	–	–	–	19.549	19.549	19.709	(160)								
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2014					valor justo	atualizado	justo								
Mantidos até o vencimento	–	–	–	443.243	443.243	427.804	(531)								
Fundo de investimento	–	–	–	443.243	443.243	427.804	(531)								
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	–	–	–	369.683	369.683	357.114	–								
Letra do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	52.292	52.292	50.979	–								
Notas do tesouro nacional (NTN - F)	–	–	–	21.268	21.268	19.711	–								
Outras aplicações	108	–	–	–	108	108	–								
Total Geral	201.145	60.919	14.758	781.146	1.057.968	1.048.908	(531)								
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2013					valor justo	atualizado	justo								
Valor justo por meio do resultado	197.697	2.169	–	225.247	425.113	447.735	(531)								
Fundo de investimento	166.812	2.169	–	225.247	394.228	416.850	(531)								
Letra do tesouro nacional (LTN)	49.981	–	–	132.494	182.475	190.292	–								
Quotas de fundo DPVAT	61.901	–	–	–	61.901	61.902	–								
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	–	–	–	70.681	70.681	85.495	–								
Operação compromissadas	54.930	–	–	–	54.930	54.930	–								
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	2.169	–	22.072	24.241	24.231	–								
Carteira administrada	30.885	–	–	–	30.885	30.885	–								
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	30.885	–	–	–	30.885	30.885	–								
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2013					valor justo	atualizado	justo								
Disponível para venda	–	8.514	–	159.363	167.877	167.854	23								
Carteira administrada	–	8.514	–	159.363	167.877	167.854	23								
Letras financeiras (LF)	–	5.877	–	69.123	75.000	75.000	–								
Debêntures	–	–	–	73.372	73.372	73.348	24								
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	–	2.637	–	12.616	15.253	15.254	(1)								
Certificado de depósito bancário (CDB)	–	–	–	4.252	4.252	4.252	–								
1 a 30 dias															
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de	Valor	Valor	Ajuste								
	vencimento	dias	360 dias	360 dias	contábil/	curva	a valor								
2013					valor justo	atualizado	justo								
Mantidos até o vencimento	–	–	–	416.550	416.550	398.187	(23)								
Fundo de investimento	–	–	–	416.550	416.550	398.187	(23)								
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	–	–	–	348.357	348.357	332.966	–								
Letra do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	46.862	46.862	45.781	–								
Notas do tesouro nacional (NTN - F)	–	–	–	21.331	21.331	19.440	–								
Outras aplicações	108	–	–	–	108	108	–								
Total geral	197.805	10.683	–	801.160	1.009.648	1.013.884	(23)								
d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). A gestão e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. e) Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.															
2014															
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total									
Valor justo por meio do resultado	347.960	25.885	373.845	347.960	25.885	373.845									
Fundo de investimento	347.960	–	347.960	347.960	–	347.960									
Letra do tesouro nacional (LTN)	146.496	–	146.496	146.496	–	146.496									
Operação compromissadas	4.591	–	4.591	4.591	–	4.591									
Quotas de fundo DPVAT	85.250	–	85.250	85.250	–	85.250									
Letras financeiras do tesouro (LFT)	24.463	–	24.463	24.463	–	24.463									
Caixa/ajustes DI	(20)	–	(20)	(20)	–	(20)									
Quotas de fundos não exclusivos	87.180	–	87.180	87.180	–	87.180									
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	–	–	–	70.681	–	70.681									
Carteira Administrada	–	25.885	25.885	–	30.885	30.885									
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	–	25.885	25.885	–	30.885	30.885									
Disponível para venda	27.392	213.380	240.772	27.392	213.380	240.772									
Carteira administrada	27.392	213.380	240.772	27.392	213.380	240.772									
2013															
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total									
Valor justo por meio do resultado	347.960	25.885	373.845	347.960	25.885	373.845									
Fundo de investimento	347.960	–	347.960	347.960	–	347.960									
Letra do tesouro nacional (LTN)	146.496	–	146.496	146.496	–	146.496									
Operação compromissadas	4.591	–	4.591	4.591	–	4.591									
Quotas de fundo DPVAT															

* continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

15. CONTAS A PAGAR

a) Obrigações a pagar

Fornecedores	29.428	18.953
Compartilhamento de despesas administrativas a pagar (Nota 27)	15.517	18.028
Participação nos lucros a pagar	3.419	10.746
Obrigações a pagar	11.259	3.422
Cheques a compensar	3.537	11.565
Outros	884	5.919
Total	64.044	68.633

b) Impostos e encargos sociais a recolher

Imposto retido na fonte - funcionários	1.270	1.245
Imposto sobre operações financeiras	47.702	37.899
Contribuições previdenciárias	752	1.830
Contribuição para FGTS	2.355	856
Outros	1.204	1.144
Total	53.283	42.974

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de renda	–	557
Contribuição social	900	5.728
COFINS	3.540	–
PIS/PASEP	487	375
Total	4.927	6.660

17. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

O saldo apresentado em Corretores de seguros e resseguros no valor de R\$ 92.367 (R\$ 63.219 em 2013) refere-se às comissões sobre prêmios emitidos pendentes e comissões a pagar a corretores.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

De 1 a 30 dias	41.285
De 31 a 60 dias	6.332
De 121 a 180 dias	20.700
De 181 a 365 dias	230
Superior a 365	1
Total	68.548

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2014						Total
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientes - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Outras provisões	
Saldo no início do exercício	906.409	325.515	89.045	31.776	3.553	452	1.356.750
Constituições	1.058.257	–	26.571	–	2.957	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(884.611)	–	–	–	–	–	–
Aviso de sinistros	–	1.141.397	–	–	–	–	–
Pagamento de sinistros	–	(1.122.749)	–	–	–	–	–
Ajuste de estimativa de sinistros	–	11.807	–	–	–	–	–
Atualização monetária e juros	–	2.133	–	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	(6.572)	–	(452)	–
Saldo no final do exercício	1.080.055	358.103	115.616	25.204	6.510	–	1.585.488

	2013						Total
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientes - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Outras provisões	
Saldo no início do exercício	6.802	143.963	49.319	–	–	797	200.881
Constituições	899.821	–	39.726	31.776	3.553	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(214)	–	–	–	–	–	–
Aviso de sinistros	–	1.119.792	–	–	–	–	–
Pagamento de sinistros	–	(1.104.678)	–	–	–	–	–
Ajuste de estimativa de sinistros	–	166.438	–	–	–	–	–
Atualização monetária e juros	–	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	–	–	(345)	–
Saldo no final do exercício	906.409	325.515	89.045	31.776	3.553	452	1.356.750

(*) Inclui o montante de R\$ 71.618 (R\$ 70.895 em 2013) referente à provisão de sinistros a liquidar judiciais, vide nota explicativa 22.

Custo de aquisição diferido

	2014	2013
Saldo no início do período	105.552	883
Constituições	116.069	112.334
Apropriações	(2.534)	(7.665)
Cancelamentos/reversões/baixas	(93.346)	–
Saldo no final do período	125.741	105.552

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Montante estimado para os sinistros	Ano de aviso do sinistro								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	1.779.256	655.832	774.546	1.036.176	1.113.437	411.949	1.144.118	1.138.265	1.138.265
Um ano após o aviso	1.806.151	689.652	815.258	1.074.963	1.146.295	636.326	1.154.558	–	1.154.558
Dois anos após o aviso	1.809.379	690.127	819.534	1.083.303	1.126.171	637.886	–	–	637.886
Três anos após o aviso	1.808.626	692.042	824.098	1.065.812	1.125.660	–	–	–	1.125.660
Quatro anos após o aviso	1.811.890	693.430	815.031	1.065.584	–	–	–	–	1.065.584
Cinco anos após o aviso	1.815.034	686.928	814.943	–	–	–	–	–	814.943
Seis anos após o aviso	1.795.204	686.823	–	–	–	–	–	–	686.823
Sete anos ou mais após o aviso	1.795.114	–	–	–	–	–	–	–	1.795.114
Estimativa de sinistros incorridos em 31/12/2014	1.795.114	686.823	814.943	1.065.584	1.125.660	637.886	1.154.558	1.138.265	8.418.833
Pagamentos efetuados até 31/12/2014	1.795.108	686.816	814.870	1.065.575	1.124.071	625.962	1.096.892	888.546	8.097.840
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	6	7	73	9	1.589	11.924	57.666	249.719	320.993
Provisão agregada de sinistros em 31/12/2014	–	–	–	–	–	–	–	–	98.127
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	–	–	–	–	–	–	–	–	419.120
Provisões DPVAT	–	–	–	–	–	–	–	–	85.250
Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	1.063
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	–	–	–	–	–	–	–	–	505.433

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No ano do aviso	1.650.171	551.496	602.009	839.753	920.332	389.699	873.028	888.546	888.546
Um ano após o aviso	1.764.803	678.658	802.295	1.055.502	1.120.537	616.591	1.096.892	–	1.096.892
Dois anos após o aviso	1.774.253	682.090	810.400	1.064.272	1.123.251	625.962	–	–	625.962
Três anos após o aviso	1.783.314	685.121	814.458	1.065.456	1.124.071	–	–	–	1.124.071
Quatro anos após o aviso	1.790.688	686.647	814.870	1.065.575	–	–	–	–	1.065.575
Cinco anos após o aviso	1.794.801	686.795	814.870	–	–	–	–	–	814.870
Seis anos após o aviso	1.795.100	686.816	–	–	–	–	–	–	686.816
Sete anos ou mais após o aviso	1.795.108	–	–	–	–	–	–	–	1.795.108
Pagamentos efetuados até 31/12/2014	1.795.108	686.816	814.870	1.065.575	1.124.071	625.962	1.096.892	888.546	8.097.840

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2014	2013
Provisões técnicas	1.585.488	1.356.750
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(59.649)	(47.455)
Direitos creditórios	(562.174)	(423.839)
Provisões retidas pelo IRB	(109)	(109)
DPVAT	(85.250)	(61.875)
Total a ser coberto	878.306	823.472
Quotas e fundos de investimentos	731.838	779.760
Títulos de renda fixa - públicos	27.392	–
Títulos de renda fixa - privados	213.380	167.877
Imóveis	1.328	1.473
Total de aplicações	973.938	949.110
Ativos livres	95.632	125.638

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

PSL Judicial	2014			2013		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	3.712	71.618	71.618	4.170	70.895	70.895
Total	3.712	71.618	71.618	4.170	70.895	70.895

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	Quantidade	2014		Ano de abertura	Quantidade	PSL Judicial
		PSL Judicial	Valor			
De 1998 a 2000	28	366	–	De 1998 a 2000	–	–
De 2001 a 2005	233	4.405	–	De 2001 a 2005	13	147
De 2006 a 2010	1.192	28.697	–	De 2006 a 2010	32	842
De 2011 a 2014	2.259	38.150	–	De 2011 a 2013	4.125	69.906
Total	3.712	71.618	–	Total	4.170	70.895

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 387 dias.

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2014
Saldo do início do exercício	70.895
Total pago no exercício	(18.083)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	6.250
Quantidade de ações pagas no exercício	922
Novas constituições no exercício	47.328
Quantidade de ações referentes as novas constituições no exercício	2.737
Baixa da provisão por êxito	(33.264)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(1.981)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	6.723
Saldo no final do exercício	71.618

23. PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais (*)	
	2014	2013	2014	2013
Fiscal	416.212	392.571	486.178	457.500
COFINS	348.661	326.908	407.837	380.291
IRPJ	39.021	38.184	42.815	40.334
CSLL	22.119	21.432	29.116	30.828
PIS	6.411	6.047	6.410	6.047
Trabalhista	5.638	4.671	269	556
Cível	1.985	1.549	–	–
Total	423.835	398.791	486.447	458.056

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 5.847 em 2014 (R\$ 1.402 em 2013).

PIS - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999. A ação foi julgada procedente em primeira instância, o que foi reformado em segunda instância mediante provimento à Apelação interposta pela União. Interposto Recurso Extraordinário, o qual restou parcialmente provido, apenas para determinar que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. Interposto Agravo, o qual aguarda julgamento. Entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídas provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A probabilidade de perda deste processo é "possível". Quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, que ampliou o conceito de faturamento, abrangendo a totalidade das receitas das seguradoras, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância. Atualmente os autos se encontram aguardando julgamento de Recurso Extraordinário. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda como "possível". Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da PIS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). O valor de PIS que deixou de ser recolhido a partir da revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014 é de R\$ 4.864 (R\$ 3.453 até dezembro de 2013). Para este mérito a probabilidade de perda é "possível". **COFINS** - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS onde obteve decisão parcialmente favorável, lhe autorizando a recolher a COFINS utilizando como base de cálculo o faturamento, o que restou reformado em segunda instância para denegar na íntegra os pedidos da Companhia. Atualmente os autos se encontram pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Entre maio 1999 e dezembro de 2013 a Companhia depositou judicialmente a COFINS mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. A partir de janeiro de 2014 a Companhia deixou de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher o tributo. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como "possível", sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 76.099 (R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2013). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é "provável". **PIS e COFINS** - Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma seguradora. A fim de garantir a manutenção da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõem, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto/2014. **IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a formação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e depositou judicialmente o imposto de renda incidente sobre a despesa de contribuição social e constituiu provisão no mesmo montante entre os períodos de 1997 a 2011, os quais são atualizados monetariamente pela SELIC. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como "provável". **CSLL** - Desde 2008 a Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e depositou judicialmente a parcela correspondente à majoração da alíquota nos períodos de 2009 a 2011, constituindo provisão dos valores discutidos, os quais são atualizados monetariamente pela SELIC, a partir de 2012 passou a recolher a CSLL integralmente. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como "possível". **IRPJ** - A Companhia gerou saldo negativo de IRPJ no período de 2003, o qual compensou integralmente com outros débitos. Face a não homologação da compensação por parte da Receita Federal pela existência de discussão judicial em relação ao IRPJ e da existência de depósitos judiciais no mesmo período, a Companhia ingressou com Ação Anulatória do Débito, e efetuou depósito judicial de R\$ 1.774, atualizado até dezembro de 2014 (R\$ 1.611 até dezembro de 2013). A probabilidade de perda deste processo é avaliada pelos advogados como "possível", e portanto, os valores não estão provisionados.

continua *

* continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação

	2014				2013			
	I -	II -	III -	Total	I -	II -	III -	Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo inicial	392.571	4.671	1.549	398.791	353.974	3.120	1.549	358.643
Constituições/Reversões	-	(141)	436	295	31.414	4.386	-	35.800
Atualização monetária	23.641	3.298	-	26.939	18.409	170	-	18.579
Baixas	-	(2.190)	-	(2.190)	(11.226)	(3.005)	-	(14.231)
Saldo final	416.212	5.638	1.985	423.835	392.571	4.671	1.549	398.791

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e outras cíveis por probabilidade de perda:

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
	I - Fiscais					
Provável	2	387.682	387.683	2	365.092	365.092
Possível	3	30.304	28.529	3	29.090	27.479
II - Trabalhistas						
Provável	27	5.701	5.638	27	3.565	3.523
Possível	27	8.692	-	26	3.918	1.148
Remota	68	24.298	-	37	6.150	-
III - Cível						
Provável	191	2.065	1.628	168	1.782	1.549
Possível	319	17.086	357	150	1.538	-
Remota	28	638	-	-	-	-
Total	665	476.466	423.835	413	411.135	398.791

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 242.431 (R\$ 242.431 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 66.545.139 ações nominativas e sem valor nominal (66.545.139 ações em 31 de dezembro de 2013), das quais 34.724.071 ações ordinárias e 31.821.068 ações preferenciais sem direito a voto. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva de capital:** Corresponde à reserva de doações e subvenções de investimentos decorrentes de incentivos fiscais recebidos anteriormente. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste ao valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

g) Distribuição de dividendos

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	148.240	93.538
Constituição da reserva legal (5%)	(7.412)	(4.677)
Lucro líquido ajustado	140.828	88.861
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	35.207	22.215
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	145.793	4.787
Total de dividendos distribuídos e pagos	181.000	27.002
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	94.448	14.090
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	86.552	12.912
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	34.724.071	34.724.071
Ações preferenciais	31.821.068	31.821.068
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	2,72	0,41
Ações preferenciais	2,72	0,41

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramo	Prêmio Ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Automóvel	1.198.686	1.158.295	67,6%	66,5%	12,4%	12,8%
Responsabilidade civil facultativa	357.017	336.111	63,7%	66,9%	12,4%	10,6%
Assistência e outras coberturas - Auto	222.385	212.334	32,7%	33,6%	11,8%	11,0%
DPVAT	80.237	60.474	87,4%	87,3%	1,4%	1,4%
Acidentes pessoais passageiros	29.493	30.343	4,5%	15,8%	11,5%	11,8%
Demais ramos	4.344	3.479	20,7%	5,4%	23,6%	7,0%
Total	1.892.162	1.801.036	62,5%	63,0%	11,9%	11,8%

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos	1.960.766	1.756.111
RVNE	24.353	(2.650)
Repasse DPVAT	80.266	60.474
Total	(1.182.929)	(1.134.021)

c) Sinistros ocorridos

Sinistros	(1.167.920)	(1.111.346)
Sinistros DPVAT	(73.907)	(47.702)
Serviço de assistência	(86.665)	(67.143)
Salvados e ressarcimentos	149.241	132.508
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(3.678)	(40.338)
Total	(224.498)	(200.701)

d) Custo de aquisição

Comissões	(224.498)	(200.701)
Inspeção de riscos	(12.867)	(10.559)
Apólices e contratos	(6.417)	(5.027)
Variação das despesas de comercialização diferidas	19.403	3.086
Total	(44.050)	(47.165)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Encargos sociais	(412)	(984)
Endomarketing	(10.564)	(8.651)
Redução ao valor recuperável	(1.718)	(11.474)
Vistoria	(4.126)	(3.830)
Rastreadores	(19.068)	(15.345)
Outras despesas com DPVAT	(3.840)	(839)
Outras despesas	(4.322)	(6.042)
Total	(266.419)	(269.140)

f) Despesas administrativas

Pessoal próprio	(134.297)	(130.622)
Serviços de terceiros	(64.819)	(61.259)
Localização e funcionamento	(36.021)	(43.035)
Publicidade e propaganda	(7.238)	(7.417)
Publicações	(172)	(360)
Donativos e contribuições	(2.217)	(1.123)
Convênio DPVAT	(1.918)	(3.757)
Outras	(19.737)	(21.567)
Total	(41.328)	(39.942)

g) Despesas com tributos

COFINS	(32.699)	(31.414)
PIS	(5.314)	(5.105)
IPTU	(191)	(57)
Taxa de fiscalização	(2.818)	(2.818)
Outras despesas com tributos	(306)	(548)
Total	111.033	42.304

h) Resultado financeiro

Receitas financeiras	164.177	87.353
Valor justo por meio do resultado	44.905	2.322
Disponível para venda	22.503	14.835
Mantidos até o vencimento	47.652	28.093
Atualização monetária de depósitos fiscais	31.366	21.784
Operações de seguros	17.751	20.319
Despesas financeiras	(53.144)	(45.049)
Administração de carteira	(8.691)	(9.517)
Despesas financeiras com operação de seguros	(9.245)	(9.935)
Atualização monetária - PSLJ	(6.723)	-
Despesas com encargos sobre tributos	(25.770)	(23.853)
Outras	(2.715)	(1.744)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2014		2013	
	Imposto de Contribuição Renda	Imposto de Contribuição Social	Imposto de Contribuição Renda	Imposto de Contribuição Social
	Lucro contábil antes dos impostos e após participações	242.089	242.089	134.611
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(60.498)	(36.313)	(33.629)	(20.192)
Diferenças temporárias	14.633	8.780	(127)	(422)
Diferenças permanentes	(1.233)	(388)	1.355	813
Prejuízo fiscal/base negativa	5.423	3.368	9.727	5.940
Deduções incentivadas	3.119	-	897	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.556)	(24.553)	(21.777)	(13.861)
Constituição/reversão de crédito tributário	(20.056)	(12.147)	(2.532)	3.409
Ajustes relativos a exercícios anteriores	917	546	(3.936)	(2.376)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(57.695)	(36.154)	(28.245)	(12.828)
Alíquota efetiva (%)	24%	15%	21%	10%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar

Ativo	2014	2013	Variação
Tributos a compensar	1.235	7.629	(6.394)
Tributos retidos na fonte	490	600	(110)
Total circulante	1.725	8.229	(6.504)
IR e CS sobre ágio diferido	50.573	70.377	(19.804)
Prejuízo fiscal/base negativa	-	8.765	(8.765)
Diferenças temporárias:			
Ajustes de títulos a valor justo	213	-	213
Contingências tributárias	75.688	68.790	6.898
Contingências cíveis	794	620	174
Provisão para riscos de crédito	5.960	5.273	687
Provisão para participação nos lucros	1.322	4.298	(2.976)
Contingências trabalhistas	2.255	1.868	387
Provisões administrativas	3.016	2.534	482
Provisões operacionais	465	467	(2)
Outros	75	221	(146)
Total não circulante	140.361	163.213	(22.852)
Passivo			
Ajustes de títulos a valor justo	-	(10)	10
Total passivo	-	(10)	10

Os créditos tributários de diferenças temporárias são oriundos, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, cuja realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão e possuem prazos de julgamento não previsíveis.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente planos de previdência, assistência 24 horas, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Custos de aquisição", "Outros custos de aquisição" e "Despesas administrativas". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente conforme contrato específico para cada produto. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram os seguintes:

	2014	2013
Proventos	2.126	584
Total	2.126	584

b) Compartilhamento de despesas: Em 2012 foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando do nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e as receitas e despesas incorridas no exercício estão resumidos no quadro abaixo:

Partes relacionadas	Relação	2014		2013	
		Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	-	103	1.505	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	101	2.286	1.934	-
MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	678
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	-	12.497	119.126	-
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	-	631	6.460	-
Vida Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	75
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	-	6.176	78.056	-
BBDTVM - Distr.Títulos e Valores Mobiliários (**)	Coligada	-	-	4.117	-

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas; (**) Administração da carteira de investimentos.

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 124 (R\$ 58 em 2013).

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Transferência de carteira: Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de seguros de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para a Companhia em 1º de janeiro de 2013. Referida operação foi aprovada através da Carta SUSEP/SEGER nº 385/2012 de 24 de outubro de 2012 e comunicada pela Companhia no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2012. A vigência média da carteira transferida foi de 6 meses e o valor financeiro líquido referiu-se aos direitos e obrigações transferidos de R\$ 231.406. Liquidados em novembro de 2013. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: i. Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma seguradora, com relação ao seguro. ii. Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros. iii. Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente. iv. Balanço dos valores transferidos:

	janeiro de 2013		janeiro de 2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	1.385.925	Circulante	1.394.291	
Disponível	668.177	Contas a pagar	37.176	
Caixa e bancos	668.177	Impostos e encargos sociais a recolher	37.176	
Créditos das operações com seguros e resseguros	577.028	Débitos de operações com seguros e resseguros	292.242	
Prêmios a receber	577.028	Transferência de carteira - Seguros	231.406	
Títulos e créditos a receber	1.935	Corretores de seguros e resseguros	60.836	
Títulos e créditos a receber	1.935	Provisões técnicas - seguros	1.064.873	
Outros valores e bens	38.263	Danos	1.064.873	
Bens à venda	38.263	Passivo não circulante	8.578	
Custos de aquisição diferidos	100.522	Provisões técnicas - seguros	8.578	
Seguros	100.522	Danos	8.578	
Ativo não circulante	16.944			

* continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da

Brasilveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilveículos Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Anexo I Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes Em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	1.500.238
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	85.250
Total de provisões técnicas	1.585.488
(*) Conforme Resolução CNSP 311/2014, § 1º a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	
Provisões Técnicas (a)	1.500.238
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG (b)	59.649
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c)	-
Depósitos Judiciais Redutores (d)	-
Direitos Creditórios (e)	562.174
Provisões retidas pelo IRB (f)	109
Total a ser coberto (a - b - c - d - e - f)	878.306
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	449.091
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	449.091
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	480.343
Exigência de Capital (CMR) (b)	449.091
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a - b)	31.252
Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (*)	21,29%
(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%	
5. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos	
0929, 0542, 0531 e 0114	1.250
0525	1.800
0520	2.000
0553	3.600

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da
Brasilveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Benedito Luiz Alves Dias
Carlos Alberto Landim
Cynthia Betti Rodrigues Qualharello

Gilberto Lourenço da Aparecida
Jabis de Mendonça Alexandre
Luiz Gustavo Braz Lage

Mauricio Galian
Raphael de Luca Junior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 18371/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

Iharabras S/A. Industrias Químicas

CNPJ/MF. nº 61.142.550/0001-30 - NIRE. 35300017102

Ata de Reunião do Conselho de Administração, Realizada no dia 05 de Fevereiro de 2015, Lavrada na Forma de Sumário.

Data e Local - Dia 05 de fevereiro de 2015, às 11,30 horas, na sede social, à Avenida Liberdade, 1701, bairro Cajuuru do Sul, CEP. 18.087-170, Sorocaba/SP. **Presença** - "Quorum Legal", com a presença da totalidade dos Conselheiros, Masashi Mizoguchi Toshiaki Matsushita, Cristiano Ernesto Burmeister, Cristiano Walter Simon, Tadashi Tanabashi, Júlio Borges Garcia, Masayuki Okabe, Shoichiro Oka e Satoru Takahashi. **Convocação** - Dispensada a convocação com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **Mesa Diretiva** - Masashi Mizoguchi - Presidente; Kiyuziro Akimoto - Secretário **Pauta do Dia - Pauta Única** - Indicação do novo membro do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações - Pauta Única** - Examinada a matéria, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberou fazer a indicação do Sr. **Tomokazu Ikeda**, de nacionalidade japonesa, nascido em 27.01.1970, casado, bacharel em artes, portador do Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE V108.722-O, e do CPF. 234.973.018-25, residente e domiciliado na rua Afonso de Freitas, 740, apartamento, 111, CEP. 04.006-052, São Paulo/SP., para novo membro do Conselho de Administração da Companhia, em substituição do conselheiro Toshiaki Matsushita. O indicado, Sr. Tomokazu Ikeda, será eleito para o cargo, pela Assembleia Geral, após a obtenção de autorização para "Cargo Concomitante", fornecida pelo governo brasileiro. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pela mesa diretiva e pelos conselheiros presentes. Sorocaba/SP., 05 de fevereiro de 2015. aa.) Masashi Mizoguchi - Presidente; Kiyuziro Akimoto - Secretário. Conselheiros - aa.) Cristiano Ernesto Burmeister, Cristiano Walter Simon, Shoichiro Oka, Júlio Borges Garcia, Toshiaki Matsushita, Masayuki Okabe, Tadashi Tanabashi e Satoru Takahashi. Esta cópia é reprodução fiel da ata lavrada no livro próprio. **Sorocaba/SP.** 05 de fevereiro de 2015. Kiyuziro Akimoto - Secretário. JUCESP nº 84.378/15-3 em 19/02/2015.

RB Capital Agrosec S.A.

CNPJ/MF nº 03.788.738/0001-53 - NIRE 35.300.189.914

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 31/12/2014

Data, hora e local: 31/12/2014, às 9:30 horas, na sede social, Rua Amauri, nº 255, 5º andar, parte, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marcelo Meth - Presidente, e Mayra Roberti Mendonça - Secretária. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Aumentar o capital social, no valor de R\$ 2.660.000,00, passando dos atuais R\$ 198.000,00 para R\$ 2.858.000,00, com a emissão de 2.660.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 por ação, totalmente subscrito e integralizado pela acionista Agro Assets Fundo de Investimento em Participações, com créditos relativos a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 2.660.000,00, conforme Boletim de Subscrição. Alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.858.000,00, representado por 2.738.744 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 500 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal". **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. SP, 31/12/14. JUCESP 84.192/15-0 em 19.02.15. Flávia Regina Britto - Secretária Geral em Exercício.



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 33.256.439/0001-39 - NIRE 35.300.109.724

Companhia Aberta AVISO AOS ACIONISTAS Distribuição de dividendos

Comunicamos que o Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015, deliberou a distribuição de dividendos, a débito da conta do lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$ 389.163.595,40 (trezentos e oitenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) a serem pagos a partir do dia 13 de março de 2015, sem remuneração ou atualização monetária. Esta distribuição, somada ao montante de R\$ 389.553.527,40 (trezentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), pago como dividendos intermediários em agosto de 2014, totaliza uma distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 778.717.122,80 (setecentos e setenta e oito milhões, setecentos e dezessete mil, cento e vinte e dois reais e oitenta centavos). A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2014 ainda será submetida à deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia.

Os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Ultrapar nas datas base informadas abaixo receberão o dividendo de R\$ 0,71 por ação.

A data base para o direito ao recebimento do dividendo ("record date") será o dia 4 de março de 2015 no Brasil e o dia 9 de março de 2015 nos Estados Unidos da América. Desta forma, as ações passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 5 de março de 2015, tanto na Bolsa de Valores de São Paulo quanto na Bolsa de Valores de Nova York.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

André Covre
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

"DIB5 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 21.092.878/0001-74

Ata de Reunião dos Sócios Quotistas

Data, Hora e Local: 10/12/2014, 14 horas, na sede social. **Presença:** Sócios representando 100% do capital social. **Mesa:** Jorge Américo Dib - Presidente; Julio Jorge Dib - Secretário. **Publicações:** dispensadas, tendo em vista a presença de 100% dos sócios. **Ordem do Dia:** (1) Aprovar a redução de capital de R\$ 2.802.000,00, para R\$ 2.202.000,00, com o cancelamento de 60.000 quotas no valor nominal de R\$ 10,00 cada, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil - excesso de capital. (2) Dispensar a devolução do capital reduzido aos sócios, na proporção de suas respectivas participações no capital, tendo em vista não ter sido esse valor integralizado. (3) Autorização para publicação do extrato da presente ata, em observância ao estabelecido no artigo 1.084 do Código Civil. **Deliberações:** Postos em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, sem reservas e restrições, o acima proposto, nos termos da ordem do dia. São Paulo, 10/12/2014. (assinaturas) Jorge Américo Dib - Presidente; Julio Jorge Dib - Secretário; Vivian Dib Moran; Silvia Dib.

Porto Seguro S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 01665-9

CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69 - NIRE 35.3.001.5166.6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores acionistas da Companhia a se reunirem no dia **27 de março de 2015, às 11h, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (Consolidado) e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; b) Destinação do resultado do exercício; c) Ratificação das deliberações do Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de outubro de 2014 e 11 de dezembro de 2014, referentes aos juros sobre o capital próprio creditados contabilmente aos acionistas em 29 de outubro de 2014 e 22 de dezembro de 2014, respectivamente; d) Distribuição de dividendos aos acionistas; e) Determinação da data para o pagamento do próprio próprio e dos dividendos aos acionistas; e, f) Fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, compreendendo também os membros do Comitê de Auditoria. **Informações Gerais:** I) Conforme disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão comparecer à Assembleia Geral mediante apresentação do documento hábil de sua identidade, podendo ser representados por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; II) A Companhia informa que, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009, os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social, no site da Companhia (www.portoseguro.com.br), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br). São Paulo, 25 de fevereiro de 2015. **Jayme Brasil Garfinkel** - Presidente do Conselho de Administração.

SANTOS BRASIL LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 58.180.316/0001-82

TERMO DE RENÚNCIA

Mauro Santos Salgado, brasileiro, casado, engenheiro naval, portador da carteira de identidade nº 2.285.738-7, expedida pelo SECC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.087.937-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Bahia, nº 329, apartamento nº 21, Consolação, CEP 01244-001, vem, pelo presente, renunciar ao cargo de Diretor Comercial da **Santos Brasil Logística S.A.**, com sede na Avenida Marginal Via Anchieta, nº 820, Almoa, Santos, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.180.316/0001-92, cargo para o qual fui eleito em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2014. Santos, 16 de Dezembro de 2014. **Mauro Santos Salgado**. **Recebido:** 16/12/2014. **Washington Cristiano Kato** - Diretor Econômico-Financeiro. JUCESP nº 1.929/15-0 em 08/01/2015. Flávia Regina Britto - Secretária Geral em Exercício.